

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Edição Extraordinária, Caderno Processual, de
10/10/2024, págs. 1/10)

Data: 21/10/2024 a 25/10/2024

Horário: das 9 às 19 horas

PAUTA DESTA SESSÃO

- 1) Reclamação Disciplinar nº 1.00380/2023-59 (Embargos de Declaração)
Embargante: União Federal
Advogado: Rogério Telles Correia das Neves – OAB/SP nº 133.445
Embargado: Odair Tramontin
Interessados: Advocacia Geral da União; Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Rogério Telles Correia das Neves
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Ivana Lúcia Franco Cei
Origem: Santa Catarina

- 2) Reclamação Disciplinar nº 1.00823/2023-20 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Dario Pereira Queiroz
Advogado: Dario Pereira Queiroz – OAB/SP 429.014
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo

- 3) Reclamação Disciplinar nº 1.00965/2023-50 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Marcia Neusa Braga Paschoal
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Jaime de Cássio Miranda
Origem: São Paulo

- 4) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01066/2023-01 (Recurso Interno)
Recorrente: Celso Correa Pinho
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Determinação para a observância da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica do MP). Elaboração da folha de pagamento dos aposentados da carreira ministerial maranhense. Preservação da autonomia administrativa, funcional e financeira.
Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
Origem: Maranhão
- 5) Notícia de fato nº 1.00104/2024-26 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando Antonio Costa Sidrim
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Informa suposta irregularidade na atuação ministerial no bojo de processo judicial.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pernambuco
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00120/2024-09
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS 67.643
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento da Resolução CNMP nº 243/2021. Pregão Eletrônico nº 130/2023. Procedimento de Gestão Administrativa nº 00585.000.096/2023. Requer suspensão da contratatação de postos de trabalho específicos de Bacharéis em Direito (terceirização) e a não utilização do quadro de servidores próprios do MP|RS, para atender ao convênio firmado com o DEPEN no atendimento de vítimas. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul

7) Proposição nº 1.00255/2024-48

Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves

Interessados: Associação do Ministério Público do DF e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estado e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar.

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “Dispõe sobre diretrizes para a estruturação das unidades do Ministério Público na defesa do direito à educação”.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

8) Conflito de Atribuições nº 1.00262/2024-21

Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.009339/2023-01. IC 01690.001.753/2021. Apuração de possível irregularidade ocorrida na aquisição de imóvel rural por estrangeiro, em faixa de fronteira, sem o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Comarca de Frederico Westphalen/RS.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio Grande do Sul

- 9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00454/2024-65
Requerentes: 02ª PJ da Comarca de Papanduva
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requeridos: PRM-SC-Joinville - 3º Ofício
Procuradoria da República - Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Preservação da autoridade da decisão do CNMP. Requer que o 3º Ofício da Procuradoria da República de Joinville observe o que foi decidido no bojo do Conflito de Atribuições nº 1.00608/2023-38 (e 8 processos apensos). Imediata apuração dos casos apresentados em nove notícias de fato com a adoção das respectivas medidas legais cabíveis por parte do 3º Ofício.
Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 10) Conflito de Atribuições nº 1.00486/2024-06
Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 1.29.000.002023/2024-61 (01512.000.628/2022). Apuração de perturbação de sossego de representante e de outras 40 famílias que residem no prédio ao lado do Centro Histórico de Novo Hamburgo/RS, em razão das atividades do estabelecimento LORDE PUB BAR.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul
- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00704/2024-49 (Embargos de Declaração)
Embargante: Helcimar Araujo Belem Filho
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Maranhão
- 12) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2024-63 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Emmanuelle Alves Ferreira da Silva
Embargados: Ana Lara Camargo de Castro; Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues; Thalys Franklyn de Souza; Tiago Di Giulio Freire; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5123
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Revisão do procedimento disciplinar nº 102022948. Apuração de irregularidades cometidas na Ação Penal nº 0022311-45.2018.8.12.0001.

Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
Origem: Mato Grosso do Sul

13) Conflito de Atribuições nº 1.00757/2024-32

Requerentes: Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul – 1º Ofício;
Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requeridos: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Promotoria de Justiça de Soledade

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul. NF 1.29.000.000726/2024-54. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Promotoria de Justiça de Soledade. NF 01896.000.345/2024. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventual reparação ambiental de área degradada por mineração (pedra basalto/cascalho), em Santa Terezinha, no interior do Município de Soledade/RS, em torno das coordenadas geográficas -28.70388 - 52.5162, conforme apurado no Inquérito Policial n. 5007855-52.2022.4.04.7104.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul

14) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00787/2024-76 (Recurso Interno)

Recorrente: Davi Carvalho Charao

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Denúncia em face de delegacia na cidade de Erechim. Alegação de demora na tramitação.

Relator(a): Cons. Jaime de Cássio Miranda
Origem: Rio Grande do Sul

15) Conflito de Atribuições nº 1.00842/2024-55

Requerente: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial n. 0001966-95.2022.8.12.0008. Apuração de possível delito de furto qualificado ou apropriação indébita, referente a posse de veículo pertence à locadora.

Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Mato Grosso do Sul

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00843/2024-09 (Recurso Interno)

Recorrente: João Reuther Antunes

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do MPBA. Editais nº 19 de 2024, nº 24 de 2024, nº 29 de 2024 referentes a fase oral. Alega que a banca examinadora cobrou conteúdo não previsto no edital, questão nº 2 do Grupo I da prova oral (resolução CNJ quanto a participação de gênero nos Tribunais). Requer ainda verificação da questão nº 3, haja vista que a banca examinadora desconsiderou a resposta ofertada pelo candidato.

Relator(a): Cons. Jaime de Cássio Miranda
Origem: Bahia

17) Conflito de Atribuições nº 1.00861/2024-90

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Protocolado SIS nº 0245.0000411/2024. Apuração de possível prática do crime tipificado no artigo 147-A do Código Penal (Perseguição). Possível conexão com autos n. 1500917-37.2024.8.26.0152.
Relator(a): Cons. Cintia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo

18) Conflito de Atribuições nº 1.00874/2024-04

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento TJSP nº 15222592-13.2020.8.26.0050. Procedimento TJRJ nº 0005566-83.2021.8.19.0067. Apuração de crime de estelionato.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro

19) Conflito de Atribuições nº 1.00896/2024-00

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito positivo de atribuições. Procedimento SEI nº 29.0001.0112717.2024-06. Procedimento administrativo visando a apurar o cumprimento de medidas de segurança em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

20) Conflito de Atribuições nº 1.00909/2024-98

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República - São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIS nº 1618.0000630/2023. Notícia de Fato nº 1.34.001.002374/2023-11. Apuração de suposto crime de racismo encaminhada pelo provedor Universo Online S.A., em virtude do Termo de Compromisso de Integração Operacional firmado com a PR-SP em 10/11/2005.
Relator(a): Cons. Cintia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2024-92 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Triecon de Barra Mansa LTDA
- Advogados: Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula - OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa - OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza - OAB/RJ nº 182.595; e Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67.827
- Recorrido: Ministério Público do Trabalho; Proc. Regional Trabalho 01ª Região - RJ
- Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Requer o controle normativo da Resolução nº 166/2019, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que motivou a criação do Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF). Alega que apesar da suspensão da resolução, por prazo indeterminado, o GEAF continuou atuante por meio das portarias nº 386/2021, nº 41/2022 e nº 1383/2023. Solicita a suspensão das atividades do GEAF, a declaração de nulidade das portarias e invalidação de todos os atos oriundos da citada resolução. Pedido de Liminar.
- Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
- Origem: Rio de Janeiro
- 22) Remoção por Interesse Público nº 1.00943/2024-44 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Nacional
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
- Advogado: Erick Venancio Lima do Nascimento – OAB/DF 19.959
- Interessado: Ministério Público do Estado do Acre
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Remoção por interesse público. Condutas incompatíveis com o cargo. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62.
- Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
- Origem: Acre
- 23) Proposição nº 1.00957/2024-03
- Requerente: Angelo Fabiano Farias da Costa
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 174/2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
- Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- 24) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00961/2024-26
- Requerente: Washington Santos de Oliveira
- Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
- Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Protocolo nº 5143/2024, perante a Procuradoria-Geral de Justiça do MPPA. Alegação de omissão em se investigar ilícitos cometidos por agentes públicos no município de Redenção/PA

Relator(a): Cons. Cintia Menezes Brunetta
Origem: Pará

25) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00962/2024-80

Requerente: Washington Santos de Oliveira
Requeridos: Procuradoria da República - Pará/Castanhal
Procuradoria da República no Município de Redenção-Pa
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Inércia. Apuração de representações referentes a diversas irregularidades cometidas contra a Administração Pública. Município de Redenção/PA.
Relator(a): Cons. Cintia Menezes Brunetta
Origem: Pará

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00971/2024-70 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Auto Comercial Barra Mansa LTDA
Advogada: Fernanda Fernandes Alvim – OAB/RJ 248.114
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Declaração de nulidade das Portarias nº 386/2021, nº 41/2022 e nº 1383/2023, por ausência de suporte legal em virtude da suspensão da Resolução nº 166/2019. Nulidade/invalidação de todos os atos praticados pelo Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF) nas Ações Cíveis Públicas nº 0101773-42.2017.5.01.0551 e nº 0100158-12.2020.5.01.0551. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antonio Edilio Magalhaes Teixeira
Origem: Distrito Federal

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00996/2024-38

Requerente: Admilson Antunes Pontes
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. SEI nº 19.16.2237.0014870/2024-79. Negativa de acesso à informação. Descumprimento da Resolução CNMP nº 89 de 2012. Requer acesso ao Procedimento de Estudos e Pesquisas nº 19.16.0255.0031811/2021-84, produzido pela Corregedoria-Geral do MP|MG.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais

28) Pedido de Providências nº 1.01005/2024-70

Requerente: Sidney Machado Vaitkevicius
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessada: Erica Vieira de Loiola Sousa
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle da atuação. Suposta irregularidade na continuidade de procedimento com parecer de arquivamento. Prejuízos ao requerente.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

29) Conflito de Atribuições nº 1.01028/2024-20

Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. NF 1.28.000.000644/2024-47. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. 69ª Promotoria de Justiça de Natal. Processo nº 0834364-62.2023.8.20.5001. Conflito Negativo de Atribuições. Apura publicação de conteúdo discriminatório de natureza racial, na sala de bate-papo “40-a-50-anos-(5)”, administrada pelo provedor Universo Online S.A. - UOL. Provedor forneceu os dados da responsável pela publicação, residente em Natal - RN.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Norte

30) Conflito de Atribuições nº 1.01036/2024-68

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal. PIC n.º 021.9.174844/2023. Apuração de suposto desvio de recursos das secretarias do Município de Caatiba/BA em serviços de fornecimento de internet.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia

31) Conflito de Atribuições nº 1.01038/2024-75

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial n.º 0009387-24.2024.8.16.0019. Apuração de possível crime de furto qualificado, referente à utilização de cartões pré-pagos em nome da empresa vítima.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Paraná

32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01047/2024-66 (Recurso Interno)

Recorrentes: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP - 07.953.307/0001-56; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP; Sindicato de Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão - 10.207.541/0001-49; Vania Marcia de Sousa Leal Nunes
Advogado: Gilberto Augusto de Almeida Chada – OAB/MA nº 10.697
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Determinação para que o MP/MA requirite à Assembleia Legislativa a volta do Projeto de Lei, o qual altera a Lei Estadual no 8.077/2004, reduzindo o percentual de reserva de cargos comissionados aos servidores efetivos. Suspensão do Procedimento Administrativo digidoc nº 11886/2024, até a garantia de participação do órgão sindical no processo legislativo deflagrado. Pedido liminar.

Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Maranhão

33) Conflito de Atribuições nº 1.01049/2024-73

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraíba
Requerido: Procuradoria da República - Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Promotoria de Justiça de São João do Rio do Peixe. PGA 001.2024.028530. (20.18.0098.0028530/2024-35). Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Procuradoria da República no Município de Sousa. NF nº 1.24.002.000068/2024-67. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta ausência de repasse financeiro, referente ao Programa Previne Brasil, aos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde do município de São João do Rio do Peixe - PB. Programa de financiamento federal no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Paraíba

34) Pedido de Providências nº 1.01064/2024-94

Requerente: Giselle Yumi Narimatsu
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Requerer a criação de norma regulamentadora, que propicie a remoção preferencial por questões de saúde do membro e servidor, incluindo pais e/ou dependentes destes, por orientação médica, bem como a manutenção dos alimentos aos vulneráveis.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01066/2024-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Nielsen Inacio da Silva
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Regional da República da 6ª Região
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006786/2024-07. Requer imediato acesso ao expediente PGR-00341533/2024 e suspensão dos seus efeitos até que o requerente seja notificado sobre a alteração de sua unidade de trabalho, haja vista que foi regularmente selecionado para o exercício da função FC-2, de Secretário Nível II, na Unidade Descentralizada da Corregedoria na 6ª Região (UD6), com exercício de trabalho a distância, no interesse da administração. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

36) Conflito de Atribuições nº 1.01070/2024-14

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Notícia de Fato nº 1.29.000.004405/2024-29. Apuração de possíveis irregularidades na Faculdade Atitus – Campus Passo Fundo.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Sul

37) Conflito de Atribuições nº 1.01082/2024-76

Requerente: Ministério Público do Estado de Roraima
Requerido: Procuradoria da República – Roraima
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Roraima. Notícia de Fato n.º 006845-010/2023 (1.32.000.000294/2023-13). Apuração de possível crime de falsidade de Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de Auto de Infração lavrado pelo IBAMA.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Roraima

38) Conflito de Atribuições nº 1.01088/2024-06

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Autos 1507978-61.2024.8.26.0050 TJSP (0803173-77.2024.8.19.0058 PJE RJ). Possível crime de estelionato, em prejuízo da seguradora Mapfre Seguros Gerais S.A.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro

39) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01089/2024-51

Requerente: Clemente Sissinio Anezio da Silva
Requeridos: Membro do Ministério Público Federal
Procuradoria da República - São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal. PIC 5000506-10.2024.4.03.6181. Alegação de fraude em cadastro para recebimento de benefício do Bolsa-Família. Alegação de demora na tramitação do procedimento. Pedido de liminar.

Relator (a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

40) Conflito de Atribuições nº 1.01093/2024-74

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIS nº 0161.0000769/2024. Autos Nº MPPR - 0078.23.003781-0. Apuração de notícia de apreensão de diversos gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais com resultados em desacordo com a legislação vigente. Resíduos de agrotóxicos Não Autorizados-N.A. e com Limite Resíduos Máximo-LMR acima do permitido

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Paraná

41) Conflito de Atribuições nº 1.01114/2024-05

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.001189/2024-05. Notícia de Fato nº 02.23.2149.0000029/2024-64. Apuração de suposta venda irregular de unidade do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Condomínio Residencial Irmã Dulce 3. Município de Parnamirim/RN.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte

42) Conflito de Atribuições nº 1.01115/2024-50

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.028.000121/2024-95. Notícia de Fato 38.0531.0000007/2023-4 (SEI 29.0001.0011938.2023-95). Apuração de irregularidades no Processo Administrativo n. 3.994/2021 (Pregão Presencial n. 36/2021, Ata de Registro de Preços n. 96/2021) da Prefeitura de Jarinu/SP.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público